

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1479897 - PB (2014/0228982-6)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : LARRISSA LEAL MOTTA  
**EMBARGANTE** : LARRILDO LEAL MOTTA  
**EMBARGANTE** : LICIO LEAL MOTTA  
**EMBARGANTE** : MARIA DE LOURDES LEAL  
**ADVOGADOS** : ALANNA GISELLY CAVALCANTE DE OLIVEIRA - PB014581  
ALINNE SAYONARA CAV ALCANTE DE OLIVEIRA RIBEIRO - PB013968  
**EMBARGADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : LEANDRO DA SILVA SOARES - DF014499  
RAQUEL BATISTA DE ATAIDE E OUTRO(S) - PB012884  
**INTERES.** : JUMBO CONSTRUÇÕES E ARQUITETURA LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração são recurso com fundamentação vinculada, sendo imprescindível a demonstração de que a decisão embargada se mostrou obscura, contraditória ou omissa, ou, ainda, que incorreu em erro material, conforme disciplina o art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015.
2. Ao se julgar o mérito recursal, subentende-se terem sido ultrapassados os requisitos de admissibilidade do recurso especial.
3. Caso concreto no qual não há a menor subsistência na alegação de omissão, obscuridade ou contradição, porquanto todas as questões suscitadas foram individualmente analisadas e claramente motivadas.
4. Quanto ao argumento relativo a decisão judicial anterior, verifica-se que sua existência e eventual descumprimento não foram objeto da presente demanda, cuja petição inicial declinou outros fatos como causa de pedir, de forma que este ponto não foi objeto de contraditório, tampouco de apreciação pelas instâncias ordinárias, ou dos recursos especiais julgados pelo acórdão embargado, configurando, portanto, manifesta e inoportuna inovação recursal.
5. Embargos de declaração rejeitados.

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator